



Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 31 de julho de 2016

NÍVEL SUPERIOR

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - CFO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura _____

BOLETIM
3
BRANCA

A COR DA CAPA DO SEU BOLETIM DE QUESTÕES É BRANCA.
MARQUE A COR EM SEU CARTÃO-RESPOSTA.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao curso/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão-resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões, sendo 05 de Língua Portuguesa, 05 de Atualidades, 05 de Noções de Direito Constitucional, 05 de Noções de Direito Administrativo, 05 de Noções de Direito Penal, 05 de Noções de Direito Processual Penal, 05 de Noções de Direito Penal Militar, 05 de Direitos Humanos, 05 de Noções de Direito Processual Penal Militar, 05 de Legislação PM e a Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14h30min e término às 18h30min (horário de Belém).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 50.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, curso de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA e na parte inferior do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre, no formulário de Correção de Dados, a devida correção.
6. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada na sala sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato não poderá utilizar o banheiro.
7. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a sua prova.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que os três concluem a prova para assinarem a Ata de Sala.
9. O candidato deverá transcrever a Redação para o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO específico para esse fim, obedecendo ao limite **mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas**, para escrever sua redação.
10. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, **duas horas** após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
11. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
12. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
13. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
14. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
15. Ao final da sua prova, você deverá devolver o **boletim de questões** juntamente com o **cartão-resposta** que é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o **formulário de redação**, que é o único documento considerado para a correção da sua redação.
16. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/CFO/PMPA do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir foi escrito pelo jornalista Lucio Flávio Pinto para abrir seu blog

A Agenda Amazônica de um jornalismo de combate.

Leia-o com atenção para responder às questões de 1 a 5.

Ao bom combate!

1 As padarias são uma genuína e honrosa instituição brasileira. Existem em raros lugares
2 do mundo, os mesmos raros lugares onde se pode tomar um café da manhã com a qualidade
3 que se tem nas padarias nacionais. Exerço esse privilégio sempre que posso, aqui ou em
4 santuários dessa arte, como São Paulo.

5 Hoje ia pagar o café da manhã na padaria que frequento, perto de casa. Não muito
6 organizada, ela é palco de duas filas paralelas. Uma é a dos que esperam seu pão de cada dia.
7 É a mais lenta e numerosa. A outra é dos que tomaram ali mesmo o seu café e não precisam
8 mais esperar por atendimento. Vão direto ao caixa.

9 No momento em que ia pagar, um cidadão jovem e cheio de músculos, com traje de
10 atleta e “bombado”, enfiou seu braço hercúleo sobre a minha cabeça com o dinheiro e o saco de
11 pão. Quis explicar-lhe que a vez era minha (sem falar na minha condição de sexagenário, que
12 costume esquecer). Antes de qualquer ensaio de entendimento (ou desentendimento), ele
13 apresentou suas armas:

14 – É, sou mesmo arrogante.

15 E estava apresentado.

16 Na fração de segundos que se seguiu a esse matutino gesto de selvageria, que, a
17 princípio, me sugeriu como resposta o palavrão de intensidade proporcional à indignação, só
18 consegui dizer um “nem precisava dizer isso, já se vê”.

19 Acho que o atleta nem ouviu. Deu meia volta e saiu a passos largos. Se tivesse ouvido,
20 talvez me tivesse agredido.

21 Por que tanta agressividade na manhã que mal começava, sem a mais remota
22 justificativa de provocação? (...)

23 Incidentes do tipo desse, em que fui inadvertido coadjuvante de um boçal na padaria, se
24 repete infinitamente em todos os lugares, aqui e agora, em antes e sempre. O que choca é a
25 frequência cada vez maior, rotineira – banalizada, como hoje se diz, banalmente. Se se vive por
26 uma causa, espera-se morrer por ela, por ser de justiça. Mas realizar a vida inteira uma missão e
27 ser executado de forma sórdida anula a razão de ter vivido e tira a glória da morte. Este é o meu
28 maior temor.

29 Já fui agredido, ameaçado de agressão e ofendido por ser quem sou e fazer o que faço.
30 Nunca é saudável, sequer aceitável, estar em situação assim. Mas, como adverte o povo, quem
31 sai na chuva se molha. Em quase meio século de vida profissional, tenho passado por temporais
32 exasperadores. No entanto, continuo meu caminho, tentando me proteger e prevenir novos
33 ataques, mas sem renunciar ao que considero meu dever (e meu direito).

34 Outra coisa é ser surpreendido por alguém que, não tendo o menor apreço pela vida, nos
35 agride num contexto no qual estamos não só despreparados como impotentes para qualquer
36 reação. Nas grandes cidades, viver se tornou uma roleta russa, um imponderável absoluto.

37 O episódio de hoje me fez decidir criar de vez este blog, que chega assim de súbito, de
38 improviso, como dever e destino, empenhado em fortalecer a agenda do cidadão, do homem
39 comum, da gente simples e de todos aqueles que querem ser personagens ativos da sua vida e
40 da história. (...)

41 Particularmente em relação à Amazônia, este blog, prosseguindo o meu jornalismo
42 pessoal, tem o objetivo de combater o “destino manifesto” que se impõe à região, de ser colônia,
43 de não interferir no seu próprio destino. Acredito com firmeza que a história não está escrita nas
44 estrelas, restando-nos contemplá-las, à distância, como acidentes da natureza. Creio que
45 podemos escrever também a história e, nessa escrita, sair da trilha dos colonizadores e da
46 camisa de força em que nos colocaram os dominadores. Para isso, é preciso saber o que
47 acontece e como fazer acontecer. Espero que este blog contribua para o livre-arbítrio do
48 manipulado cidadão amazônida.

49 Ao bom combate, pois.

50 A messe é grande, mas enfrentá-la nos pode retribuir com o que é mais nobre e humano
51 nas nossas vidas: fazer uma história que nos sirva, honre, enriqueça e nos faça feliz.

Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2014/08/29/ao-bom-combate/>>.

Acesso em: 12 mar. 2016.

1. A descrição, quanto à estrutura e à organização do texto, está **correta** no seguinte enunciado:
- (A) Predomina, no início do texto, entre as linhas 5 e 20, o modo de organização narrativo, visto que nesse trecho o autor coloca em cena uma ação e personagens em lugar e momento determinados.
 - (B) O último parágrafo (l. 50 e 51) apresenta sequências contrastivas explícitas que retomam partes do assunto tratado.
 - (C) Prevalece no conjunto do texto a organização expositivo-informativa, visto que se estrutura com base em estatísticas e análise de dados.
 - (D) Se descrever implica qualificar atribuindo características, apresentando um julgamento de alguém, pode-se considerar a passagem “Incidentes do tipo desse, em que fui inadvertido coadjuvante de um boçal na padaria, se repete infinitamente em todos os lugares, aqui e agora, em antes e sempre” (l. 23 e 24) uma sequência descritiva.

2. Julgue os itens abaixo com base nas ideias desenvolvidas no texto.

- I O tom com que o jornalista expõe o episódio de que foi vítima é de indignação.
- II O principal propósito de Lucio Flávio Pinto é denunciar a fragilidade do sistema de segurança pública nos grandes centros urbanos.
- III No cerne da crítica feita pelo jornalista, está a agressividade gratuita que tem caracterizado o comportamento das pessoas nas grandes cidades.
- IV Ao aludir à sabedoria popular por meio do ditado “quem sai na chuva se molha” (l. 30 e 31), o autor admite não se surpreender com os problemas decorrentes de sua atuação como jornalista.

São **corretas** as afirmações que constam dos itens

- (A) I, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.

3. No final do texto, o autor deixa claro o objetivo de seu blog. Entre seus propósitos, **não** consta o de

- (A) colaborar para que o cidadão amazônida possa tomar decisões e fazer escolhas com autonomia.
- (B) informar o cidadão amazônida e incitar ações capazes de provocar mudanças no destino da região amazônica.
- (C) manipular, a distância, o destino manifesto que se impõe a todos aqueles que se preocupam com a Amazônia.
- (D) ser porta-voz do cidadão da região e dar-lhe voz para que se torne personagem ativo da sua vida e da história.

4. Observe a partícula “**se**” no enunciado “os mesmos raros lugares onde **se** pode tomar um café da manhã” (l. 2). Ela ocorre com a mesma função em

- (A) “viver se tornou uma roleta russa” (l. 36).
- (B) “quem sai na chuva se molha” (l. 30 e 31).
- (C) “Se tivesse ouvido, talvez me tivesse agredido” (l. 19 e 20).
- (D) “o ‘destino manifesto’ que se impõe à região” (l. 42).

5. Analise os itens a seguir com base nas noções de morfossintaxe.

- I Os termos sublinhados em “gesto de selvageria” (l. 16) e “acidentes da natureza” (l. 44) têm função adjetiva.
- II Há um desvio quanto às regras de concordância verbal em “Incidentes do tipo desse, em que fui inadvertido coadjuvante de um boçal na padaria, se repete” (l. 23 e 24).
- III Em “Por que tanta agressividade na manhã que mal começava” (l. 21), o vocábulo “mal” funciona como advérbio, com o sentido de “apenas”.
- IV Os verbos sublinhados, em “Se se vive por uma causa, espera-se morrer por ela” (l. 25 e 26), encontram-se na voz passiva sintética, imprimindo um tom de objetividade ao texto.

São **corretas** as afirmações que constam dos itens

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.

ATUALIDADES

6. A grande polêmica causada pela Lei Kandir em alguns estados brasileiros, inclusive o Pará, ocorre porque
- (A) as diretrizes da lei aumentam a capacidade de gasto sem prestação de contas pelo Governo do Estado.
 - (B) desonera o ICMS da exportação de bens primários e semielaborados, prejudicando a capacidade de investimento do Estado.
 - (C) em prejuízo da União, os municípios e estados recebem mais dividendos das exportações de bens industrializados.
 - (D) a União vem sendo obrigada a compensar financeiramente, de forma devida, os estados exportadores, em especial, o Pará.
7. Quanto à usina hidrelétrica de Tucuruí é correto afirmar que
- (A) os movimentos sociais exigiram a criação de uma reserva extrativista a ser coordenada pelo conjunto das entidades populares.
 - (B) sua construção propiciou a migração gradual e organizada de trabalhadores da região sul para a Amazônia.
 - (C) sua gestão garantiu a efetivação de todos os direitos reivindicados pelas entidades populares após a construção de barragens.
 - (D) após sua construção surgiram mais de dez mil ilhotas na bacia do Tocantins, habitadas por mais de 15 mil pessoas.
8. Os resíduos poluentes que correspondem à matéria orgânica potencialmente ativa, que entra em decomposição ao ser lançada no meio ambiente e cujas principais fontes são os esgotos domésticos, frigoríficos, laticínios, etc., são conhecidos como
- (A) tóxicos.
 - (B) minerais.
 - (C) orgânicos.
 - (D) atômicos.
9. Considerando a situação da infraestrutura da Amazônia neste fim de século, os pressupostos de ordem política, os atuais dispositivos legais e, principalmente, a necessidade de conquistar o desenvolvimento sustentável da região, uma ação que contribuiria fortemente para a consolidação de uma rede básica de transportes no Pará seria
- (A) estabelecer facilidades para a unificação e simplificação dos diversos serviços de fiscalização existentes, vinculados a vários órgãos.
 - (B) priorizar o transporte aéreo, inclusive privilegiando o deslocamento de passageiros e cargas por este meio.
 - (C) dar primazia ao sistema rodoviário na região, principalmente por se tratar do meio de transporte mais econômico e adequado às regiões mais distantes.
 - (D) suprimir atracadouros ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, de forma a agilizar o escoamento da produção regional.
10. Uma das razões para que a grilagem e os conflitos pela terra se convertessem em práticas cotidianas na Amazônia é que
- (A) são comuns, desde o início dos anos 90, práticas como a venda de uma mesma terra a compradores diversos ou a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se estas tivessem sido postas legalmente à venda por meio de processos licitatórios.
 - (B) os lotes de terra eram demarcados e cercados com os antigos moradores vivendo dentro deles, apesar de serem consultadas entidades como os sindicatos de trabalhadores rurais, as igrejas ou fontes semelhantes para comprovar a inexistência de antigos moradores nas terras postas à venda.
 - (C) os direitos humanos, durante décadas, estiveram subordinados aos interesses do capital e muitas situações acabaram se cristalizando e não apresentando solução, a não ser em casos pontuais e após conflito seguido de morte, pois, nesse período, a terra pública transformou-se, por meios legais, fraude ou grilagem, em propriedade privada.
 - (D) os novos empresários e especuladores, procedentes de diversos rincões do país e do exterior, por falta de interesse dos moradores locais, adquiriram imensas áreas, ocasionando a contestação infundada por parte de entidades de trabalhadores que, na Justiça, tentavam reverter a situação.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Sobre os direitos e deveres fundamentais é correto afirmar que
- (A) a inclusão do direito à razoável duração do processo como direito fundamental pela Emenda Constitucional n. 45/04 ainda é objeto de larga discussão doutrinária e jurisprudencial acerca da legitimidade do poder constituinte derivado.
 - (B) a inclusão, no sistema normativo brasileiro, de atos decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos depende de sua aprovação no Congresso Nacional em votação una e posterior remessa para sanção presidencial.
 - (C) a aprovação de atos decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, por Decreto presidencial, faz com que estes ingressem no sistema normativo brasileiro como emendas constitucionais.
 - (D) a norma constitucional determina que o intérprete busque aplicar os direitos e as garantias fundamentais com a máxima efetividade, extraindo da Constituição todo o potencial normativo para sua defesa.
12. A Administração Pública regulada pela Constituição do Estado do Pará tem como normas
- (A) o controle externo dos atos da administração pública pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Poder Judiciário, não sendo possível que seja realizado na forma de controle interno para evitar o corporativismo entre os servidores públicos.
 - (B) a administração pública estadual deverá revogar os atos administrativos tidos como inconvenientes ou inoportunos.
 - (C) a administração pública estadual somente pode anular seus atos quando determinado pelo Tribunal de Justiça do Estado.
 - (D) os atos de improbidade administrativa que importem a perda de função pública excluem a responsabilidade penal em respeito ao princípio da vedação do *bis in idem*.
13. Com relação às normas da Constituição do Estado do Pará sobre o governador e vice-governador é possível afirmar que
- (A) dentre as condições de elegibilidade do Governador está o domicílio eleitoral na circunscrição do Estado, porém, para a eleição do vice-governador, é permitido o domicílio eleitoral em estado que faça fronteira com o Pará.
 - (B) a vacância por morte do governador faz com que a governadoria seja imediatamente ocupada pelo vice-governador para exercício de um mandato completo de quatro anos.
 - (C) o sufrágio para Governador é universal e direto e realizável em dois turnos apenas se um dos candidatos não obtiver a maioria absoluta dos votos válidos em primeiro escrutínio.
 - (D) em caso de impedimento temporário do governador e do vice-governador, serão sucessivamente chamados ao exercício temporário da chefia do Poder Executivo o presidente da Assembleia Legislativa, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado e o prefeito da capital do Estado.
14. A Defesa do Estado e das instituições democráticas configuram o sistema de emergência constitucional. Neste sentido, podemos afirmar que
- (A) a Lei Marcial foi adotada na Constituição brasileira de 1988 por influência do sistema da *common law*.
 - (B) o Estado de Defesa é acionado como resposta à agressão armada estrangeira.
 - (C) o Estado de Sítio decorre apenas da conversão do Estado de Defesa que tenha se mostrado ineficaz.
 - (D) o Decreto do Estado de Sítio, editado pelo Presidente da República, permite a suspensão temporária das garantias constitucionais.

RASCUNHO

15. Sobre o direito à nacionalidade é correto afirmar que
- (A) nem a Constituição nem qualquer lei brasileira faz qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados visando a preservar a harmonia entre as pessoas.
 - (B) a Constituição brasileira de 1988 determina, como requisito essencial para a naturalização, que o estrangeiro requerente resida no Brasil por um período ininterrupto sem que possa sair do território nacional sob nenhuma hipótese.
 - (C) a perda da nacionalidade por meio de sentença judicial transitada em julgado faz como que o indivíduo retorne à situação de estrangeiro.
 - (D) a Constituição brasileira de 1988 garante aos estrangeiros, provenientes de países de língua portuguesa e residentes no país, que requeiram a naturalização dentro da “janela de naturalização” anual, definida por lei complementar.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Em relação aos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a anulação de um ato administrativo, em regra, implica o dever da administração de indenizar o administrado pelos prejuízos decorrentes da invalidação do ato.
 - (B) são considerados atos de gestão os praticados pela administração pública no exercício do seu poder supremo sobre os particulares.
 - (C) a revogação consiste na supressão de ato legítimo e eficaz realizado pela administração, por considerá-lo inconveniente ao interesse público.
 - (D) a presunção de legitimidade é um elemento do ato administrativo vinculado.
17. Em relação à organização administrativa da Administração Pública Brasileira, é correto afirmar que
- (A) as autarquias, por serem pessoas jurídicas de direito público, podem ser titulares de interesses públicos; já as empresas públicas, sendo pessoas jurídicas de direito privado, podem apenas receber qualificação para o exercício de atividades públicas.
 - (B) os dirigentes das empresas estatais, que não são empregados dessas empresas, não são considerados celetistas.
 - (C) uma das diferenças entre uma empresa pública e uma autarquia é que a autarquia compõe a Administração Direta do Estado, ao passo que a empresa pública pertence à Administração Indireta.
 - (D) as autarquias, fundações e empresas estatais, de acordo com o princípio da legalidade, devem ser criadas por meio de lei.
18. É correto afirmar que
- (A) a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos na Administração Direta, mas permite tal acumulação para as subsidiárias das sociedades de economia mista, desde que comprovada a compatibilidade de horários.
 - (B) a interdição de um estabelecimento comercial por agentes de vigilância sanitária é manifestação típica do poder de polícia da Administração Pública.
 - (C) a Constituição Federal estabelece o prazo de validade de concurso público de dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.
 - (D) a organização da administração pública direta, no que se refere à estruturação dos órgãos e competência, é matéria reservada à lei.
19. É correto afirmar que
- (A) restringir a participação de pessoas obesas em concurso público para o provimento do cargo de policial militar fere o princípio da isonomia, gerando a revogação do edital do referido concurso.
 - (B) o princípio básico que objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, denomina-se coercibilidade.
 - (C) são características do poder de polícia a discricionariedade, a auto-executoriedade, a coercibilidade e a não submissão ao controle judicial.
 - (D) Configura desvio de finalidade quando servidores aprovados em concurso público para provimento de cargo efetivo, em vez de serem nomeados para esse cargo, são contratados temporariamente para suprir a necessidade temporária e de excepcional interesse público da administração.

20. É correto afirmar que
- (A) um ato administrativo que viole a lei deve ser revogado pela própria administração, independentemente de provocação.
 - (B) a anulação do ato administrativo importa em análise dos critérios de conveniência e oportunidade.
 - (C) a administração tem o prazo prescricional de 5 anos para anular os seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade.
 - (D) um ato nulo pode, eventualmente, deixar de ser anulado em atenção ao princípio da segurança jurídica.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

21. Duas pessoas foram denunciadas pelo art. 121 do Código Penal por ceifarem a vida de uma mulher. O autor do homicídio foi absolvido em razão do reconhecimento de que agiu sob a excludente de ilicitude. O partícipe, que deu a arma para que fossem efetuados os disparos,
- (A) não responde pelo crime, de acordo com a teoria da acessoriedade limitada.
 - (B) responde pelo crime, de acordo com a teoria da acessoriedade mínima.
 - (C) não responde pelo crime, de acordo com a teoria da acessoriedade fundada.
 - (D) não responde pelo crime, de acordo com a teoria da acessoriedade máxima.
22. Não é crime de redução a condição análoga à de escravo
- (A) manter qualquer vigilância no local de trabalho, limitando o ir e vir do trabalhador.
 - (B) submeter a pessoa a trabalhos forçados.
 - (C) sujeitar alguém a condições degradantes de trabalho.
 - (D) submeter alguém a jornada exaustiva.
23. Sobre o crime de recepção é correto afirmar que
- (A) comete receptação aquele que presta a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
 - (B) o juiz pode reduzir em 1/3 a pena, se o criminoso é primário.
 - (C) descaracteriza a “receptação” o fato de o objeto ter sofrido transformação para depois ser transferido ao receptor.
 - (D) o tipo não exige que a coisa seja alheia.
24. O Código Penal adota o princípio da territorialidade. Este, contudo, comporta exceções. Ficam sujeitos à lei brasileira, de forma incondicional, os crimes
- (A) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
 - (B) praticados por brasileiros.
 - (C) contra patrimônio de sociedade de economia mista brasileira.
 - (D) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e que aí não sejam julgados.
25. Abelardo é oficial de justiça e, atendendo a um pedido de um conhecido político da região, retardou ato de busca e apreensão de determinado bem. Se fosse preso, Abelardo responderia por crime de
- (A) exploração de prestígio.
 - (B) prevaricação.
 - (C) tráfico de influência.
 - (D) corrupção passiva.

RASCUNHO

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 26.** Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. A prisão preventiva sem a exibição do mandado é possível no caso de
- (A) crime hediondo.
 - (B) crime de menor potencial ofensivo.
 - (C) crime de abuso de autoridade.
 - (D) crime inafiançável.
- 27.** Sobre jurisdição e competência é correto afirmar que
- (A) primeiro fixa-se a justiça competente observando o critério *ratione loci*, depois *ratione personae*, sendo depois os conflitos resolvidos por prevenção e distribuição.
 - (B) será julgado na Justiça Militar o civil que cometa crime contra instituição militar federal.
 - (C) compete à Justiça Federal julgar crimes cometidos por indígenas.
 - (D) compete ao Tribunal do Júri julgar o crime de latrocínio.
- 28.** A criação dos juizados especiais representou significativa mudança para o Poder Judiciário no Brasil. Sobre os juizados especiais criminais é correto afirmar que
- (A) sua competência será determinada pelo lugar do resultado da infração penal.
 - (B) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao juizado, com o depoimento de pelo menos três testemunhas, do agressor e da vítima.
 - (C) ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
 - (D) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime.
- 29.** Sobre o inquérito policial é correto afirmar que
- (A) deve atender a critérios de distribuição *ratione loci* (art. 22, do CPP).
 - (B) diante da *notitia criminis* de cognição coercitiva, a autoridade policial deve instaurar o inquérito, independentemente do tipo de ação penal.
 - (C) com a morte da vítima, para instauração de ação penal exclusivamente privada, podem oferecer a queixa o cônjuge, o ascendente, o descendente e o irmão.
 - (D) diante da delação apócrifa, a autoridade policial deve apurar indícios antes da instauração do inquérito.
- 30.** A ação penal, que constitui poder político constitucional de acudir aos tribunais para formular a pretensão acusatória, pode ser de vários tipos. Sobre o assunto é correto afirmar que
- (A) a ação privada subsidiária da pública ocorre com a desídia do Ministério Público, sendo que este ainda pode repudiar a queixa.
 - (B) a ação penal pública é regida pelos princípios da oportunidade, da obrigatoriedade e da indisponibilidade.
 - (C) a ação penal privada concorrente ocorre em casos de crimes contra a presidência da república.
 - (D) na ação pública condicionada, diante da requisição do Ministro da Justiça, o Ministério Público deve denunciar.

RASCUNHO

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

31. Policial militar designado como oficial rondante no policiamento ostensivo aproveita-se dessa condição e se dirige à própria residência, fora da área geográfica que lhe fora destinada, para ajudar a esposa em trabalhos de reforma do imóvel. Em relação ao tipo de abandono de posto, é correto afirmar que esse policial

- (A) incorre no crime porque lhe cumpria o serviço de vigiar vários postos, que são cobertos por seus subordinados.
- (B) não incorre no crime porque, findo o afastamento temporário, retornará à ronda na região correta.
- (C) não incorre no crime porque a ronda, por sua própria natureza, não possui um “posto” ou “lugar de serviço”.
- (D) incorre no crime, mesmo que prove situação de força maior, porque o serviço militar é preponderante em relação a imprevistos de natureza pessoal.

32. Em certo Município, a Polícia Militar se resume a três terceiros-sargentos, sendo que um deles exerce a função de chefia da equipe. Este chefe determina aos outros dois que realizem patrulhamento na zona rural. Os dois, todavia, entendem que não lhes foram ofertadas condições de trabalho e pretendem descumprir a ordem. Neste caso, pode-se recusar a configuração do crime de motim com base no argumento de que

- (A) o tipo penal de motim é restrito aos membros das Forças Armadas e, portanto, não se aplica aos militares estaduais.
- (B) a mera desobediência à ordem superior não configura motim, tipo penal cuja incidência exige violência física.
- (C) não houve descumprimento de ordem superior, já que todos são terceiros-sargentos.
- (D) o crime é de conspiração, pois os policiais foram flagrados durante a reunião em que combinam descumprir a ordem.

33. Oficial conhecido por seus métodos abusivos nos treinamentos da Academia de Polícia Militar é informado de que um recruta não está suportando a pressão e dá sinais de desequilíbrio emocional. Ao saber disso, o oficial aumenta o rigor do treinamento e passa a provocar pessoalmente o recruta, que acaba por atentar contra a própria vida. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o oficial pode responder por homicídio culposo, com pena agravada pela inobservância de regras próprias de seu dever funcional, haja vista que sua conduta expressa imprudência e produziu o resultado.
- (B) a conduta do oficial é atípica, porque não existe auxílio ao suicídio por omissão e o recruta era pessoa dotada de discernimento.
- (C) se o recruta efetuar disparo contra a própria cabeça, não conseguindo acertar pela intervenção de terceiros, o oficial responderá por tentativa de provocação ao suicídio.
- (D) o oficial pode responder por crime de provocação indireta ao suicídio, pois o excesso de rigor contra pessoa mentalmente instável sugere dolo eventual em relação ao resultado morte.

34. Considerando as regras que autorizam a aplicação de penas no Código Penal Militar, à luz da Constituição de 1988, é correto afirmar que

- (A) as regras alusivas ao concurso de agentes, no Código Penal Militar, impedem que um civil responda por crime propriamente militar.
- (B) a condenação a uma pena privativa de liberdade superior a dois anos implica a perda do posto e da patente, como pena acessória.
- (C) a figura do criminoso por tendência exprime o chamado “direito penal do autor” e, como tal, pode ser considerada inconstitucional.
- (D) restrita à situação de guerra declarada e à prática de crimes militares próprios, é vedada a execução de pena de morte contra civis.

- 35.** De acordo com as regras sobre ação penal e demais condições objetivas de punibilidade, constantes do Código Penal Militar, é correto afirmar que
- (A) havendo requisição do Ministro da Justiça, nos casos em que a lei o exige, o Ministério Público Militar deve denunciar o acusado, porque a ação penal militar é obrigatória.
 - (B) é vedado denunciar, pelo crime de favorecimento a desertor, o agente que pretendia beneficiar o próprio filho, em face de exclusão da punibilidade.
 - (C) em relação a crimes militares, não existe ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública, porque o Código Penal Militar desconhece essa figura.
 - (D) policiais militares envolvidos em greves, que tenham sido anistiados, ficam isentos do cumprimento das penas, porém serão reincidentes caso sofram nova imputação penal.

DIREITOS HUMANOS

- 36.** A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o órgão da Organização dos Estados Americanos especializado em matéria de Direitos Humanos, cujas atribuições também são definidas pelo Pacto de São José da Costa Rica. Sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, é correto afirmar que
- (A) tem sede em São José na Costa Rica.
 - (B) tem como principal atribuição processar denúncias individuais, bem como monitorar o cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção Americana de Direitos Humanos, exercendo função judicial.
 - (C) é composta por membros com notório conhecimento na matéria de direitos humanos, não havendo a obrigatoriedade de que sejam da área jurídica.
 - (D) tem competência para receber e processar petições individuais, mas não comunicações interestatais, as quais são de competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 37.** O Pacto de São José da Costa Rica cria o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e estabelece as funções da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sobre esse tribunal internacional, pode-se afirmar que
- (A) suas sentenças são passíveis de apelação ou outro tipo de recurso para a Corte Internacional de Justiça, conhecida como Corte de Haia.
 - (B) poderá exigir a restauração do direito violado, mas não o pagamento de uma indenização, por se tratar de uma corte internacional de direitos humanos.
 - (C) tem sede em São José na Costa Rica e, embora não seja permanente, seus juízes estão à disposição para participar dos períodos de sessões.
 - (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos poderá adotar medidas provisórias, a fim de evitar danos irreparáveis, desde que solicitadas no início da demanda judicial.
- 38.** A luta pela vigência dos Direitos Humanos e o embate político-diplomático, travado nos organismos internacionais, consolida e acrescenta a normatização de direitos que surgem para atender necessidades humanas, dando significado ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos. Sobre essa fase do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, tem-se a afirmar que
- (A) um novo sentido para a proteção internacional dos Direitos Humanos foi iniciado com os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovados em 1948, juntamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - (B) o Direito Internacional e os Direitos Humanos passam a estabelecer que o não cumprimento das obrigações previstas nos tratados internacionais de direitos humanos implica em possibilidade de sanções internacionais, como embargo econômico.
 - (C) os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, que são inaugurados nessa fase, visam proteger os direitos dos indivíduos, mas somente podem ser acionados pelos Estados.
 - (D) o Direito Internacional e os Direitos Humanos visam fazer com que o Estado-parte de um determinado tratado assegure o conteúdo dos seus dispositivos. Assim, seus nacionais e qualquer indivíduo sob a sua jurisdição podem acionar as instâncias competentes, devendo os sistemas internacionais ter caráter subsidiário e complementar.

39. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos mais importantes que inauguram a fase da internacionalização dos direitos humanos. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- (A) seu conteúdo versa igualmente sobre direitos civis e políticos e ainda sobre direitos econômicos, sociais e culturais.
- (B) sua aprovação, em 10 de dezembro de 1948, pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, trata-se de uma resposta aos horrores ocorridos na segunda guerra mundial.
- (C) sua aprovação foi feita por todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, possibilitando a instalação de um órgão internacional responsável por monitorar seu cumprimento.
- (D) seu conteúdo influenciou outras normas, como a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

40. O Pacto de São José da Costa Rica corresponde a um tratado internacional aprovado na Organização dos Estados Americanos. Sobre o Pacto de São José da Costa Rica, que recebe a designação originária de Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que

- (A) os direitos econômicos, sociais e culturais possuem diversos dispositivos enunciativos, tal qual os direitos civis e políticos.
- (B) o tratado estabelece, no seu artigo 1.1, a cláusula geral de obrigações, que determina de forma expressa as obrigações de garantir e de respeitar os direitos humanos.
- (C) todo Estado-membro da Organização dos Estados Americanos torna-se obrigatoriamente signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos.
- (D) entrou em vigor em 1978, quando o Estado da Argentina depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

41. No processo penal militar há um procedimento ordinário e alguns procedimentos especiais. Em relação a estes é correto afirmar que

- (A) tendo o Superior Tribunal Militar pacificado a orientação de que o crime de deserção é de mão própria, torna-se impossível o processamento, por deserção, de policiais e bombeiros militares, pois não se enquadram na classificação de militares da ativa.
- (B) aplica-se o procedimento criminal de insubmissão à Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal com algumas adaptações, porquanto somente se pode considerar insubmisso o agente que esteja, ao menos, inscrito na respectiva academia de polícia.
- (C) durante o processo por crime de insubmissão, o acusado é submetido à menagem e, se condenado, recebe pena de impedimento, ambas consistindo na obrigação de permanecer na unidade militar, sem imposição de prisão.
- (D) o tratamento diferenciado conferido aos crimes militares, voltado à tutela de bens jurídicos próprios da caserna, implica a impossibilidade de soltura do acusado de crime de deserção antes do prazo legal de sessenta dias.

42. Sobre a competência da justiça militar estadual é correto afirmar que

- (A) a Justiça Militar do Pará tem competência para julgar soldado da Polícia Militar do Pará que tenha cometido crime militar em outro Estado da federação.
- (B) não pode julgar bombeiro militar acusado de ausência injustificada ao serviço por menos de oito dias, pois tal fato não constitui crime de deserção, sendo ato de indisciplina.
- (C) policial militar que cometeu crime de lesão corporal contra civil, durante abordagem na rua, responde pelo fato perante o Conselho de Justiça.
- (D) crimes perpetrados por militares estaduais contra as corporações a que pertençam são de competência originária do Conselho de Justiça, que atua em segundo grau de jurisdição.

43. A Constituição de 1988 veda, expressamente, a impetração de habeas corpus em caso de aplicação de punições disciplinares militares. Trata-se, no entanto, de norma que precisa ser analisada à luz dos direitos e das garantias fundamentais, de modo que é admissível a impetração desse remédio heroico quando o paciente militar pretenda

- (A) reverter condenação à pena de perda de patente, que implica cerceamento da liberdade de ação do condenado.
- (B) atacar a duração da prisão disciplinar imposta, sob alegação de que, pela mesma falta, outro militar recebeu prisão menor.
- (C) revogar a pena de licenciamento a bem da disciplina, por ter o militar negligenciado o asseio corporal, sob alegação de desproporcionalidade.
- (D) revogar prisão disciplinar imposta após sindicância administrativa, em caso de indícios de crime.

44. Sobre os sujeitos processuais é correto afirmar que

- (A) a magistratura militar é também exercida por militares que não integram a carreira da magistratura nacional, os quais, todavia, quando em exercício no Conselho de Justiça, gozam dos mesmos poderes processuais do juiz de carreira.
- (B) como o Código de Processo Penal Militar define o Ministério Público como “órgão de acusação”, são-lhe vedadas atribuições incompatíveis com essa condição, tal como impetrar habeas corpus ou recorrer da decisão que o tenha denegado.
- (C) os danos causados pelo crime não se restringem ao âmbito das instituições militares, por isso se admite a figura do assistente de acusação, a quem a lei confere prerrogativas, tais como o direito de participar dos debates orais.
- (D) como consequência da regra do escabinato, que caracteriza a Justiça Militar, assegura-se ao militar a prerrogativa de defender a si mesmo em juízo, sem assistência de advogado, que é obrigatória caso o acusado a requeira.

45. Sobre as medidas preventivas e assecuratórias, incidentes sobre coisas ou pessoas, é correto afirmar que

- (A) o arresto de bens, inclusive imóveis, é a medida processual adequada para acautelar o juízo em relação aos bens adquiridos com dinheiro oriundo da prática de crime militar, ainda que já tenham sido transferidos a terceiros.
- (B) como regra, ao juiz é vedado determinar a restituição de arma de uso restrito das Forças Armadas, empregada na prática de crime militar, mesmo que a apreensão não interesse mais ao processo.
- (C) o relaxamento de prisão havida por ilegal, realizada por militar de posto ou graduação superior, ou de maior antiguidade, decorre da Constituição de 1988, porque o processo penal militar o proíbe expressamente.
- (D) no processo penal militar, a prisão provisória não se confunde com a preventiva, embora as duas espécies tenham em comum a possibilidade de aplicação tanto no inquérito quanto na ação penal e a inexistência de prazo máximo.

LEGISLAÇÃO PM

46. Conforme previsto pelo Decreto-lei 667/69, o cargo de inspetor-geral das polícias militares será exercido por um

- (A) marechal da ativa.
- (B) general de brigada.
- (C) general de divisão da ativa.
- (D) general do Exército.

RASCUNHO

47. De acordo com a Lei Complementar Estadual 053/06, o Quadro Complementar de Oficiais Policiais Militares (QCOPM) deve ser constituído de oficiais possuidores de especializações de nível superior necessárias ao apoio psicossocial dos integrantes da Corporação e seus dependentes, ao desenvolvimento funcional e das missões da Polícia Militar e deve contar, para o posto de tenente coronel a ser preenchido por oficiais de qualquer das categorias pertencentes ao respectivo quadro, com

- (A) quatro vagas.
- (B) duas vagas.
- (C) cinco vagas.
- (D) seis vagas.

48. De acordo com o Decreto Federal 88.777/83, o comandante da Polícia Militar, quando oficial do Exército, não poderá desempenhar, ainda que acumulativamente com as funções de comandantes, outra função, no âmbito estadual, por prazo superior a

- (A) 45 dias em cada período consecutivo de dez meses.
- (B) 60 dias em cada período consecutivo de dez meses.
- (C) 90 dias em cada período consecutivo de dez meses.
- (D) 30 dias em cada período consecutivo de dez meses.

49. Conforme previsão da Lei Estadual nº 6.833/2006, o Pundonor policial-militar é:

- (A) a inabilitação ao exercício funcional decorrente da falta de preparo técnico-profissional.
- (B) o ferimento a preceitos morais e éticos vinculados à conduta do policial militar.
- (C) o dever de pautar sua conduta com correção de atitudes, como um profissional correto.
- (D) o valor moral e social da instituição, representando o conceito do policial-militar em sua amplitude social, estendendo-se à classe que o militar compõe, não subsistindo sem ele.

50. De acordo com a Lei Estadual nº 5.251/85, dentre outras situações, fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato ou de incompatibilidade com o mesmo o oficial que, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado, for condenado por tribunal civil ou militar a pena restritiva de liberdade individual superior a

- (A) cinco anos.
- (B) quatro anos.
- (C) dois anos.
- (D) três anos.

RASCUNHO

REDAÇÃO

Leia os textos abaixo transcritos e considere os argumentos neles reunidos.

Graças à web, às redes comunitárias, aos fóruns de discussão e outros blogs, acessamos não mais "um outro mundo", mas sim "um mundo outro". Isto é, um mundo que faz parte das dimensões que o racionalismo moderno deixara de lado.

Falo de tudo o que diz respeito à dimensão lúdica, onírica, imaginária da existência. É essa ligação entre o "arcaísmo" e o desenvolvimento tecnológico que me leva a não compartilhar o pessimismo que se dissemina entre as elites sociais. Existe hoje, em particular entre as jovens gerações, uma inegável vitalidade, que se exprime em novas formas de solidariedade e de generosidade. A web favorece antigas formas de hospitalidade, que foram a marca das sociedades pré-modernas. Desse ponto de vista, sim, sou um otimista.

Michel MAFFEZOLI.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514073-a-espiral-de-maffesoli>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Tempo bom, tempo ruim

Se fossem os anos 90, talvez o menino estivesse jogando bola com os vizinhos no meio da rua. Enquanto isso os adolescentes e jovens, também nas calçadas, estariam conversando entre si, da mesma forma que os adultos estariam nos bares tomando cerveja, batendo papo e ouvindo música de fossa.

Mas são os anos 10 do século XXI, em sua segunda metade (...). E hoje não é normal telefonar para ninguém, a não ser em alguns casos relacionados ao trabalho, mas escrever (digitar, para ser mais correto) tornou-se a lei da comunicação. O *WhatsApp* é o aplicativo rei.

Aqueles que são críticos a tudo que é novo, veem com maus olhos essa forma de interação, uma vez que as vozes foram reduzidas nas praças, nos bares, nas ruas, dentro de casa. Todos olham para o smartphone e conversam infinitamente com pessoas conhecidas e outras que jamais encontrarão pessoalmente. Não é um *Second Life*, é o real do nosso tempo. A globalização no seu auge, como ninguém poderia prever, trouxe para vida de qualquer indivíduo, a companhia nos momentos de solidão.

Os anos passados foram incríveis, realmente. Hoje vivemos em tempos rasos, dirão alguns. Mas é o nosso tempo. Vivemos em tempos de estresse e solidão. Está tudo confuso. É tempo bom e tempo ruim, mas é o nosso tempo e não dá pra fugir disso.

Disponível em:

<http://lounge.obviousmag.org/above_all/2016/06/tempo-bom-tempo-ruim.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.



Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=tirinhas+sobre+internet&biw=1920&bih=940&tbm=isch&bo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKewinoeXnpqXNAhXB4yYKHfjzB_QQsAQIGw#imgrc=Wyqna6UmhLJFM%3A>

Acesso em: 10 jun. 2016.

Valendo-se de ideias próprias e das reflexões apresentadas acima, escreva um **texto** manifestando seu ponto de vista sobre o seguinte tema:

Nosso tempo: tempo bom, tempo ruim.

INSTRUÇÕES

Você deve desenvolver sua redação segundo as orientações dadas no comando. Os textos acima são apenas um estímulo à escrita, **NÃO** devem, portanto, ser copiados. Sua redação deverá ter, no mínimo, **vinte** linhas e, no máximo, **trinta**. Textos em versos ou textos escritos a lápis serão desconsiderados.

* No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, **obrigatoriamente**, transcrito no **FORMULÁRIO DE REDAÇÃO** fornecido especificamente para esse fim.
Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.

ATENÇÃO

SUA REDAÇÃO SERÁ **ANULADA** SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES DO COMANDO.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO